



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **1000535-67.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Rosa Maria Novais**  
 Requerido: **Paulo Henrique Vinhoti e outro**

### C O N C L U S ã O

Em 13 de março de 2017, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dra Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini-Juiz de Direito

Vistos.

**Rosa Maria Novais**, já qualificado(a) nos autos, moveu Ação de Despejo por Falta de Pagamento c.c. Cobrança de Alugueres em face de **Paulo Henrique Vinhoti, Maraisa Gonçalves de Andrade**, também já qualificados, alegando, em síntese, que locou aos requeridos, o imóvel situado nesta cidade, na Alameda dos Quero-Queros, Chácara 12, pelo aluguel mensal de R\$ 450,00, com abono pontualidade de R\$50,00, mais encargos da locação, e que não lhe foram pagos os alugueres vencidos desde outubro de 2016. Desde o início da locação também não pagam os acessórios. O contrato está, ademais, desprovido de garantias. Pede medida liminar de despejo.

A medida liminar foi indeferida (fls.23).

Os réus foram regularmente citados (certidão de fls.41), mas não apresentaram defesa e tampouco requereram prazo para purgação da mora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

,

Julgamento antecipado da lide, dada a revelia, art.355, II,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

NCPC.

O pedido procede. Havendo revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art.344, NCPC), notadamente a existência de locação e o atraso no pagamento de alugueres e demais encargos da locação.

Tais fatos acarretam a consequência jurídica do despejo.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente o pedido**. Em consequência, decreto o despejo, declarando rescindido o contrato de locação e assinalando aos réus o prazo de 15 dias para desocupação voluntária (art.63, b, da Lei de Locação), sob pena de despejo coercitivo.

Condeno os requeridos a pagarem à parte autora, os alugueres e encargos discriminados na inicial, mais os que se vencerem até a data da efetiva desocupação, devidamente corrigidos, além das custas e honorários advocatícios, já fixados em 20% do débito.

Para a hipótese de execução provisória, desnecessária a oferta de caução (art.64, caput, da Lei de Locações).

Oportunamente, apresente a autora conta de liquidação.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 13 de março de 2017

Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**